PRÁTICAS ESPACIAIS COTIDIANAS E DESIGUALDADES: MULHERES E CIDADE NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DO PMCMV

Victor Gabriel Domingues Bezerra (victor.bezerra063@academico.ufgd.edu.br)

Maria José Martinelli Silva Calixto (mariajosemartinelli@ufgd.edu.br)

A compreensão do espaço urbano como produto histórico-social exige abordagens analíticas que revelem os múltiplos mecanismos de opressão e diferenciação que estruturam a cidade brasileira. Neste trabalho, propõe-se discutir a articulação entre interseccionalidade e produção do espaço urbano, a partir de experiências de segregação socioespacial vividas por mulheres em conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) nos municípios de Dourados e Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul. O objetivo central é evidenciar como os marcadores sociais de gênero, raça e classe se entrelaçam na constituição dos territórios populares, impactando diretamente as práticas espaciais femininas e sua relação com o urbano. A metodologia adotada é de natureza qualitativa, articulando revisão bibliográfica e análise de entrevistas semiestruturadas realizadas com moradoras dos referidos conjuntos, conforme desenvolvido em pesquisa de mestrado (Bezerra, 2025). O referencial teórico se ancora em autores da Geografia, como Santos (2006), Corrêa (1989), Villaça (2001), Carlos (2001) e Sposito (2007), que entendem o espaço como totalidade dialética formada por sistemas de objetos e ações, submetida a lógicas de poder que expressam e reproduzem desigualdades estruturais. No campo dos estudos interseccionais, são fundamentais as contribuições de Crenshaw (1989), Collins (2017), Davis (2013), Gonzalez

(2020) e Akotirene (2018), que revelam como as opressões de gênero, raça e classe operam de forma simultânea e interdependente, afetando os modos de existência, mobilidade e apropriação do espaço. O desenvolvimento da análise mostra que a segregação socioespacial vivenciada por essas mulheres não se resume ao afastamento físico das centralidades urbanas, mas envolve barreiras simbólicas e relacionais, como a restrição da circulação, a estigmatização territorial e a delegação das interações urbanas ao homem — aspectos evidenciados nos relatos das entrevistadas, como Aurora e Adriana. A partir dessas vivências, constata-se que o espaço urbano é generificado, racializado e classista (Sposito, 2007), sendo também um campo de resistência onde se produzem redes de solidariedade, reconfigurações cotidianas do território e formas alternativas de habitar. Conclui-se que a interseccionalidade, mais do que uma ferramenta analítica, constitui uma perspectiva epistemológica potente para os estudos urbanos, pois permite visibilizar sujeitos historicamente silenciados, desvelar a complexidade das opressões territoriais e contribuir para o planejamento urbano inclusivo. Além disso, este trabalho se alinha aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, especialmente o ODS 5 (igualdade de gênero), o ODS 10 (redução das desigualdades) e o ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis), ao propor a valorização das práticas espaciais femininas como eixo central para a justiça socioespacial nas cidades brasileiras. AGRADECIMENTOS: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Palavras-chave: interseccionalidade; segregação socioespacial; práticas espaciais.